**Instrumento Particular de Escritura da PRIMEIRA Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, em SÉRIE ÚNICA, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos DE DISTRIBUIÇÃO, da PADTEC S.A.**

**entre**

**PADTEC S.A.**

*na qualidade de Emissora*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de 21 de dezembro de 2020

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PADTEC S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado e na qualidade de emissora,

**PADTEC S.A.**, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, s/n – Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13.086-510, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o n° 03.549.807/0001-76, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado e na qualidade de agente fiduciário,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.502, 13º andar CEP 04534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Padtec S.A.*” (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I**

**AUTORIZAÇÃO**

* 1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 21 de dezembro de 2020 (“AGE da Emissora”), na qual foram deliberadas e aprovadas (i) as condições da Emissão (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (ii) a realização da oferta pública de distribuição com esforços restritos das Debêntures (conforme definidas abaixo), nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e demais leis e regulamentações aplicáveis (“Oferta”); e (iii) a autorização aos representantes legais da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas relacionadas à efetivação das deliberações da AGE da Emissora e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura, ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definidos) e contrato de prestação de serviços de conta vinculada (“Contrato do Banco Depositário”), bem como eventuais aditamentos a estes documentos e demais documentos da Oferta, além da contratação de todos os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura.
  2. A outorga, pela Emissora, da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada (conforme abaixo definida) foi aprovada com base na AGE da Emissora.

1. **DOS REQUISITOS**

**CLÁUSULA II**

**REQUISITOS**

* 1. A presente primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, e será realizada com observância dos seguintes requisitos:
     1. **Arquivamento e Publicação da AGE da Emissora** 
        1. A AGE da Emissora deverá ser registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico (“Jornais de Publicação”), nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, em data anterior à primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida), sendo certo que a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) da ata da AGE da Emissora, devidamente registrada na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido registro.
        2. Caso a Emissora não realize o protocolo previsto na Cláusula 2.1.1.1 acima, o Agente Fiduciário poderá promover o registro em questão, devendo a Emissora arcar com todos os custos e despesas de tal registro, mediante o envio de comunicação nesse sentido.
     2. **Arquivamento e Registro da Escritura e seus Aditamentos**
        1. Esta Escritura deverá ser protocolada para registro na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua respectiva assinatura, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo o registro dessa Escritura na JUCESP ser realizado até a primeira Data de Integralização.
           1. Eventuais aditamentos a esta Escritura deverão ser protocolados para registro na JUCESP em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de suas respectivas assinaturas, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
           2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.
        2. Caso a Emissora não providencie os protocolos nos prazos previstos na Cláusula 2.1.2, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros, mediante o envio de comunicação pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
     3. **Dispensa Automática de Registro na CVM**
        1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos, sendo obrigatório, não obstante, o envio dos comunicados de início e de encerramento da Oferta à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, respectivamente.
     4. **Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**
        1. Nos termos do artigo 16, II, e seguintes do “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas*”, vigente a partir de 03/06/2019 (“**Código ANBIMA**”), esta Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do encerramento da Oferta.
     5. **Depósito, Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
        1. As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamentos liquidados financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3.
        2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.1.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício de garantia firme de colocação das Debêntures pelo Coordenador Líder e/ou por instituição financeira por ele designada no momento da subscrição, nos termos do artigo 13, inciso II, da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
        3. O prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável às instituições intermediárias para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) o Investidor Profissional adquirente das Debêntures observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme nos termos do Contrato de Distribuição; (ii) o Coordnador Líder verifique o cumprimento das regras previstas nos art. 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta, podendo o valor de transferência das Debêntures ser o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva negociação.
        4. Para fins desta Escritura consideram-se (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”); e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que, nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

1. **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**CLÁUSULA III**

**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

* 1. **Objeto Social da Emissora**
     1. A Emissora tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes, produtos eletrônicos de comunicações, de informática e de sistemas de *software*, bem como a prestação de serviços de engenharia, consultoria, desenvolvimento, treinamento, integração, locação, operação e manutenção de infraestrutura, equipamentos, materiais, redes e sistemas, e outros serviços relacionados.
  2. **Número da Emissão**
     1. Esta é a primeira emissão de debêntures da Emissora.
  3. **Quantidade de Séries da Emissão** 
     1. As Debêntures serão emitidas em série única.
  4. **Valor Total da Emissão**
     1. O valor total da emissão será de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“Valor Total da Emissão”).
  5. **Agente de Liquidação e Escriturador**

A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, atuará como agente de liquidação e como escriturador das Debêntures (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”).

* 1. **Destinação dos Recursos**
     1. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados ao reperfilamento e alongamento das dívidas da Emissora, incluindo o pagamento integral das dívidas da Emissora originalmente contraídas junto ao Banco do Brasil S.A. sob a Cédula de Crédito Bancário nº 336.003.548, emitida originalmente em 08/06/2020, sob a Cédula de Crédito Bancário nº 336.003.604, emitida originalmente em 19/10/2020, sob a Cédula de Crédito Bancário nº 336.003.536, emitida originalmente em 30/04/2020 e sob a Nota de Crédito à Exportação nº 336.003.370, emitida originalmente em 22/03/2019 (todos, conforme aditados de tempos em tempos, os “Instrumentos de Dívida BB”), bem como pagamento integral das dívidas da Emissora originalmente contraídas junto ao Banco Itaú S.A. sob a Cédula de Crédito Bancário nº 101116010004600, emitida originalmente em 28/01/2016, conforme aditada de tempos em tempos, inclusive em 26/02/2016, 30/03/2016, 22/04/2016, 19/03/2019, 30/03/2019, 30/04/2020, 01/06/2020 e 26/06/2020 (“CCB Itaú” e, juntamente com o os Instrumentos de Dívida BB, os “Instrumentos de Dívida Existentes”). Os Instrumentos de Dívida BB deverão ser pagos, obrigatoriamente, na primeira Data de Integralização das Debêntures.
     2. O Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora o envio de informações ou declarações e documentos comprobatórios da utilização de recursos prevista na Cláusula 3.6.1 acima, sobretudo quanto ao pagamento integral pela Emissora das dívidas sob os Instrumentos de Dívida Existentes, obrigando-se a Emissora a fornecer referidas informações ou declarações, acompanhadas dos documentos comprobatórios, conforme o caso, ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação.
  2. **Colocação e Procedimento de Distribuição** 
     1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), com a intermediação por institituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (o “Coordenador Líder”), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela B3, conforme termos e condições do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Padtec S.A.”,* celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Distribuição”).
     2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”), conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. Adicionalmente, os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476.

**3.7.2.1** O Coordenador Líder e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

**3.7.2.2.** A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

**3.7.2.3.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

**3.7.2.4.** Não existirão reservas antecipadas nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.

* + 1. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, entre outros, que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e será registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos das Cláusulas 2.1.3.1 e 2.1.4.1 acima, respectivamente; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures, bem como a capacidade de pagamento da Emissora; (iv) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (v) isenta de forma ampla, irrevogável e irretratável o Coordenador Líder de qualquer responsabilidade por qualquer perda, prejuízo, dano e/ou despesa que venha a sofrer em decorrência direta ou indireta da Oferta, reconhecendo que não tem qualquer regresso contra o Coordenador Líder em razão dela; e (vi) é Investidor Profissional, de acordo com o Artigo 9-A da Instrução CVM 539.
    2. Não será permitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta.
    3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e com o Plano de Distribuição descrito nesta Escritura e no Contrato de Distribuição.

1. **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**CLÁUSULA IV**

**CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

* 1. **Data de Emissão**
     1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de dezembro de 2020 (“Data de Emissão”).
  2. **Data de Início da Rentabilidade**
     1. Para todos os fins de direito, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido).
  3. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
     1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
  4. **Conversibilidade**
     1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
  5. **Espécie**
     1. As Debêntures serão da espécie com garantia real.
  6. **Prazo e Data de Vencimento**
     1. Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 21 de dezembro de 2024 (“Data de Vencimento”).
  7. **Valor****Nominal****Unitário**
     1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
  8. **Quantidade de Debêntures Emitidas**
     1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures em série única.
  9. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
     1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização (“Data de Integralização” e, em conjunto com as eventuais datas em que ocorrerem as integralizações subsequentes das Debêntures, “Datas de Integralização”), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a efetiva Data de Integralização (“Preço de Subscrição”).
  10. **Atualização Monetária das Debêntures**
      1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
  11. **Remuneração**
      1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI *over* *extra-grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 3,8000% (três inteiros e oito mil milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”).
      2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou data do último pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, na data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNe x (FatorJuros– 1)**

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

**

FatorDI produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, da data de início de cada Período de Capitalização (inclusive), até o final de cada Período de Capitalização das Debêntures (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

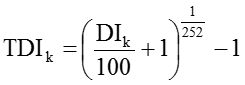


onde:

nDI número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDIk Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk Taxa DI divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Fator de juros devido à sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:



onde:

*spread* 3,8000 (três inteiros e oito mil milésimos); e

DP número de dias úteis entre a primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(i) O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk) sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

* + 1. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização no caso do primeiro Período de Capitalização ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive, correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até cada Data de Vencimento.
    2. Observado o disposto na Cláusula 4.11.5 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria originalmente aplicável.
    3. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal (temporária ou não) de aplicação da Taxa DI, ou, ainda, no caso de extinção ou impossibilidade (temporária ou não) de aplicação da Taxa DI, ou de substituta legal, por imposição legal ou determinação judicial (“Evento de Ausência da Taxa DI”),será convocada, pelo Agente Fiduciário, no prazo máximo de 4 (quatro) Dias Úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), nos termos da Escritura de Emissão, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro entre a Emissora e os Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) ou caso não haja quórum de instalação e/ou deliberação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada nos termos desta Cláusula 4.11, sem acréscimo de qualquer prêmio, sendo que para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente.
    4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo utilizada a última Taxa DI divulgada até a data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.
  1. **Pagamento da Remuneração**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 21 março de 2021, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 21 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano (“Datas de Pagamento da Remuneração”) até a Data de Vencimento das Debêntures.
     2. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  2. **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário**
     1. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais consecutivas, após o período de carência de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, as quais serão devidas sempre no dia 21 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 21 junho de 2021, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na segunda coluna da tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização”) e percentuais previstos na terceira coluna da tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Datas de Amortização** | **Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado** |
| 1ª | 21/06/2021 | 6,6667% |
| 2ª | 21/09/2021 | 7,1429% |
| 3ª | 21/12/2021 | 7,6923% |
| 4ª | 21/03/2022 | 8,3333% |
| 5ª | 21/06/2022 | 9,0909% |
| 6ª | 21/09/2022 | 10,0000% |
| 7ª | 21/12/2022 | 11,1111% |
| 8ª | 21/03/2023 | 12,5000% |
| 9ª | 21/06/2023 | 14,2857% |
| 10ª | 21/09/2023 | 16,6667% |
| 11ª | 21/12/2023 | 20,0000% |
| 12ª | 21/03/2024 | 25,0000% |
| 13ª | 21/06/2024 | 33,3333% |
| 14ª | 21/09/2024 | 50,0000% |
| 15ª | Data de Vencimento | 100,0000% |

* 1. **Local de Pagamento**
     1. Os Pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente naquela bolsa de valores; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  2. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos e as datas de pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação não for Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou qualquer dia em que não houver expediente na B3.
     2. Entende-se por “Dia Útil” (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na cidade em que se localiza a sede da Emissora e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.
  3. **Encargos****Moratórios**
     1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa moratória não compensatória de 2,00% (dois por cento), incidente sobre o saldo devedor atualizado; e (ii) juros de mora à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (em conjunto, “Encargos Moratórios”).
  4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.16.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento da obrigação.
  5. **Repactuação**

* + 1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
  1. **Publicidade**
     1. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os anúncios, atos e decisões relevantes a serem tomados, decorrentes desta Escritura, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados pela Emissora, a seu exclusivo critério, (i) na forma de aviso, nos Jornais de Publicação com cópia ao Agente Fiduciário; ou (ii) mediante o envio de notificação a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, observados o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais aplicáveis. A Emissora poderá alterar os Jornais de Publicação por outro jornal de grande circulação, mediante (A) comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e (B) (i) publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, ou (ii) envio de notificação a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário.
  2. **Imunidade de Debenturistas**
     1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
  3. **Classificação de Risco**
     1. Não será contratada agência de classificação de riscos no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.
  4. **Garantia das Debêntures**
     1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das obrigações decorrentes da Escritura e dos documentos relacionados, incluindo Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais e acessórias, e demais encargos aplicáveis, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (abaixo definido), inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como honorários incorridos pelo Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas, inclusive, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, inclusive na constituição, formalização e/ou excussão das garantias (“Obrigações Garantidas”), a Emissora constituirá, em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, previamente à subscrição das Debêntures, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, dos artigos 18 ao 20 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, conforme aplicável, as seguintes garantias reais, nos termos do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”): cessão fiduciária de conta bancária vinculada, não movimentável pela Emissora e de sua titularidade, aberta junto ao Banco do Brasil S.A. (“Banco Depositário” e “Conta Vinculada”, respectivamente) para receber certos direitos creditórios, bem como todos os direitos creditórios, créditos e/ou recursos recebidos, depositados ou mantidos na Conta Vinculada, de tempos em tempos, ou eventualmente em trânsito (inclusive enquanto pendentes em virtude do processo de compensação bancária), todas as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos (“Cessão Fiduciária dos Direito Creditórios da Conta Vinculada” e “Direitos Creditórios da Conta Vinculada”, respectivamente).
     2. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverá ser registrado nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede de cada um dos seus signatários até a primeira Data de Integralização, nos termos e condições nele previstos.

1. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA V**

**RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO**

**E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

* 1. **Resgate Antecipado Facultativo Total**
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, isto é, a partir de 21/12/2022, independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade (e não menos que a totalidade) das Debêntures, mediante o envio de Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).
     2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, com o consequente cancelamento das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, e (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total”), acrescido de prêmio de (a) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) *flat* sobre o Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total para realização do Resgate Antecipado Facultativo entre 22/12/2022 (inclusive) e 21/12/2023 (exclusive), e (b) 0,50% (cinquenta centésimos) *flat* para realização do Resgate Antecipado Facultativo entre 21/12/2023 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).
     3. Observado o disposto nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 acima, o Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação pela Emissora de anúncio nos Jornais de Publicação dirigido a todos os Debenturistas, cuja cópia deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário na data de publicação (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”), que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverão constar (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido do prêmio, conforme descrito acima; (iii) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.
     4. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser comunicado à B3, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
     5. O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Agente de Liquidação e/ou pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
     6. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser obrigatoriamente canceladas.
  2. **Amortização Extraordinária**
     1. Não será admitida a realização de amortização extraordinária, total ou parcial, facultativa ou obrigatória, das Debêntures (“Amortização Extraordinária”).
  3. **Oferta de Resgate Antecipado**
     1. Não será admitida a realização de oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”).
  4. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, mediante aceite do Debenturista, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

1. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA VI**

**VENCIMENTO ANTECIPADO**

* + 1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 e 6.1.3 e seguintes, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da primeira Data de Integralização, ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.2 e 6.1.3 abaixo (“Eventos de Inadimplemento”).

* + 1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados abaixo, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento do referido evento, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou realização Assembleia Geral de Debenturistas:

1. não pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida nos termos da Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou do Contrato do Banco Depositário (“Documentos da Operação”) não sanados no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo inadimplemento;
2. aplicação dos recursos advindos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.6 desta Escritura de Emissão, ou ausência de apresentação ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da primeira Data de Integralização das Debêntures, de documentos hábeis a comprovar o pagamento integral dos montantes devidos sob os Instrumentos de Dívida Existentes;
3. declaração de vencimento antecipado de qualquer contrato ou instrumento, a partir da data deste instrumento, inclusive relativos a títulos emitidos no mercado de capitais, de que a Emissora seja devedora, tomadora, garantidora, fiadora, avalista ou devedora solidária, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, a ser devidamente atualizado anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”) desde a Data de Emissão;
4. (i) liquidação, dissolução, pedido de falência ou decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (iii) pedido de falência apresentado por terceiros contra a Emissora não elidido e/ou suspenso no prazo legal aplicável; (iv) apresentação, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido solicitada ou obtida a aprovação judicial do referido plano; ou (v) pedido de recuperação judicial pela Emissora, independentemente de a recuperação ter sido aceita ou concedida pelo juízo competente;
5. (i) cisão, fusão, incorporação ou qualquer alteração societária envolvendo a Emissora, inclusive alteração da composição de participação percentual dos acionistas no capital social da Emissora atualmente vigente, ou (ii) alteração do controle, direto ou indireto, da Emissora – em ambos os casos, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
6. alteração do objeto social da Emissora, exceto se não implicar em mudança significativa nas suas atividades e não puder resultar em Efeito Adverso Relevante;
7. transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
8. extinção, perda ou caducidade de licenças, alvarás e/ou autorizações emitidas por quaisquer autoridades públicas necessárias a condução regular das atividades da Emissora e que impliquem em Efeito Adverso Relevante;
9. cessão, vinculação ou constituição (ou compromisso de constituição, ainda que sob condição) de qualquer ônus ou gravames sobre ativos da Emissora dados em garantia no âmbito da Emissão, notadamente sobre a Conta Vinculada e os Direitos Creditórios da Conta Vinculada;
10. distribuição de quaisquer recursos, pela Emissora, a seus acionistas, diretos ou indiretos, sob a forma de resgate, recompra, emissão de partes beneficiárias, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, contraprestações em contratos, redução de capital da Emissora (independentemente da distribuição de lucros a seus acionistas), inclusive na forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada período;
11. concessão de mútuos ou de quaisquer espécies de garantias, pela Emissora, a quaisquer terceiros exceto se: (i) mediante prévia autorização escrita do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) respeitado o limite máximo anual, individual ou agregado, igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerando as operações de mútuo e/ou garantias já existentes e futuras;
12. celebração e/ou aditamento, pela Emissora, de contratos com partes relacionadas (salvo aqueles já tratados na Cláusula 6.1.2(k) acima) sem a prévia autorização escrita do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto (a) em relação aos contratos com partes relacionadas já existentes, desde que os aditamentos sejam celebrados no curso ordinário dos negócios e em condições de mercado (*arm’s lenght*), ficando dispensada a prévia autorização do Agente Fiduciário, (b) em relação aos novos contratos com partes relacionadas, desde que, cumulativamente, (b.i) sejam celebrados no curso ordinário dos negócios e em condições de mercado (*arm’s lenght*), (b.2) respeitando-se, anualmente, o limite máximo, individual ou agregado, igual a R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ficando dispensada a prévia autorização do Agente Fiduciário;
13. questionamento judicial, pela Emissora, quanto a existência, validade, eficácia e exequibilidade de (i) qualquer dos Documentos da Operação ee. para todos os fins de direito e diante da alocação de riscos prevista no artigo 421-A, II, do Código Civil, de eventual direitos objeto de cessão fiduciária em garantia às obrigações representadas pelas Debêntures; e/ou (ii.ii) de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a livre e irrestrita excussão do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
14. invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade de qualquer dos Documentos da Operação, desde que não revertida pela Emissora (conforme o caso) em até 15 (quinze) Dias Úteis;
15. não observância do Covenant Financeiro (conforme abaixo definido), pela Emissora, em qualquer dos períodos de apuração indicados na Cláusula 7.1.1, item 1.1xxv;
16. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, de obrigações assumidas em qualquer dos Documentos da Operação; e
17. alienação de bens e/ou direitos pela Emissora, exceto pelas alienações no curso ordinário dos negócios e desde que não possam resultar em um Efeito Adverso Relevante.
    * 1. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento listados abaixo que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures (conforme regras e quórum abaixo estabelecidos):
18. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura ou nos demais documentos da Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
19. falsidade ou incorreção, em seus aspectos relevantes, de qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos termos da Escritura e demais documentos da Emissão;
20. protesto de títulos contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, a ser devidamente atualizado anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão; exceto se tiver sido validamente comprovado que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s), elidido(s) ou suspenso(s) nos prazos legais;
21. existência de decisão judicial contra a Emissora relacionada a crimes ambientais, prostituição, utilização de trabalho infantil e/ou trabalho em condição análoga à escravidão nas suas atividades, exceto se forem judicialmente suspensos os efeitos da decisão em até 10 (dez) Dias Úteis da sua prolação;
22. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão ou extinção das autorizações, contratos, inclusive regulatórios, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a atividade da Emissora;
23. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação decorrente de qualquer decisão judicial ou arbitral cujos efeitos não sejam suspensos no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, a ser devidamente atualizado anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão;
24. proferimento de decisão judicial e/ou administrativa com trânsito em julgado ou sentença arbitral final que, a critério dos Debenturistas a partir de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, resulte em um Efeito Adverso Relevante;
25. inadimplemento, pela Emissora, não sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento, de qualquer obrigação prevista em qualquer contrato ou instrumento, inclusive relativos a títulos emitidos no mercado de capitais, de que a Emissora seja devedora, tomadora, garantidora, fiadora, avalista ou devedora solidária, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, a ser devidamente atualizado anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão;
26. caso, durante a vigência da Emissão e enquanto existirem Obrigações Garantidas em aberto, as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora deixem de ser auditadas por Auditor Independente (conforme abaixo definido);
27. não observância das obrigações de Fluxo Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), de modo que o efetivo fluxo de direitos creditórios em determinado mês de apuração seja inferior à metade do Fluxo Mínimo, ou de modo que o Fluxo Mínimo não seja recomposto ou remediado nos termos e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
28. não atendimento ao Fluxo Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) em três Datas de Apuração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), consecutivas ou não.
    * 1. A Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário quanto à ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência.
      2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos nesta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por **não** declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.
      3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.3 acima por falta de quórum em segunda convocação; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade de **não** declarar o vencimento antecipado das Debêntures, prevista acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
      4. Em caso de declaração do vencimento antecipado automático ou não automático das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação à Emissora, com cópia à B3, informando tal evento, e a Emissora deverá, em até 3 (três) Dias Úteis a contar do envio da notificação enviada pelo Agente Fiduciário sobre a ocorrência do vencimento antecipado, efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura incluindo, mas não se limitando aos Encargos Moratórios, se aplicáveis, fora do ambiente da B3.
      5. A B3, o Agente de Liquidação e o Escriturador deverão ser imediatamente comunicados, por meio de correspondência encaminhada pelo Agente Fiduciário, da declaração do vencimento antecipado e realização do pagamento das Debêntures. Não obstante, caso o pagamento da totalidade das Debêntures previsto na Cláusula 6.1.7 acima seja realizado por meio da B3, a Emissora deverá comunicar à B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.
29. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA VII**

**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

* + 1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se adicionalmente a:
    2. disponibilizar em sua página na Internet no endereço (www.padtec.com.br) e fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas por auditor independente registrado na CVM (“Auditor Independente”), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
    3. fornecer ao Agente Fiduciário:
    4. na data em que ocorrer o primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, as demonstrações financeiras da Emissora, devidamente auditadas por Auditor Independente, conforme definido abaixo, com a indicação do cumprimento ou não do Covenant Financeiro, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário;
    5. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
    6. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura e/ou em qualquer dos demais Documentos da Operação, e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;
    7. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause um efeito adverso relevante (i) na situação (econômica, financeira ou reputacional) da Emissora, nos seus negócios, bens, ativos, resultados e/ou operacionais; e/ou (ii) no pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura (“Efeito Adverso Relevante”);
    8. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive, mas não se limitando, aos documentos que comprovem a destinação dos recursos;
    9. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro na junta comercial competente, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos; e
    10. em até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da informação prevista no inciso (i) acima, declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (ii) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora nos termos desta Escritura; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
    11. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
    12. conforme aplicável, cumprir e fazer cumprir, por si, por suas sociedades controladoras, controladas e respectivos administradores, empregados e terceiros, agindo no interesse de tais sociedades, todos os dispositivos de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção, lavagem de dinheiro ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996 promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 07 de outubro de 2012, as Leis nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, e nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, o Decreto nº 8.420/15, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, a *UK Bribery Act* e *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions*, conforme aplicável (“Leis Anticorrupção”);
    13. não realizar operações fora do seu objeto social ou praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam resultar em Efeito Adverso Relevante;
    14. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora seja parte em processo relacionado a tais leis, regras ou regulamentos nas esferas administrativa ou judicial, por meio de procedimentos apropriados e, nestes casos, desde que a Emissora possa dar continuidade à sua regular atividade;
    15. não se comprometer a e nem empenhar, vincular, ceder, alienar, dispor, ou constituir qualquer ônus ou gravame em relação a qualquer ativo ou recebível da Emissora, ainda que sob condição, exceto (a) pelos Direitos Creditórios da Conta Vinculada no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ou (b) se for oferecida aos Debenturistas garantia equivalente e aceitável pelos Debenturistas, ou (c) se previamente aprovado pelos Debenturistas, ou (d) nos compromissos e operações celebrados em data anterior à data desta Escritura de Emissão, ou (e) nos casos em que a cessão e/ou alienação de recebíveis sejam realizadas diretamente entre a Emissora e o próprio cliente-devedor ou algum terceiro por ele expressamente indicado (instituição financeira parceira, por exemplo);
    16. manter as Debêntures registradas na B3 para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
    17. efetuar o recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão ou sobre a Oferta e que sejam de sua responsabilidade legal ou contratual, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas, conforme o caso, pela B3 e/ou pela CVM e/ou ANBIMA em razão da Emissão e da Oferta;
    18. arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3; (b) de registro da ata de AGE da Emissora na JUCESP; (c) de registro da presente Escritura na JUCESP; (d) de publicação ou disponibilização dos atos societários da Emissora necessários à realização da Emissão e à Oferta; (e) dos custos de registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de eventuais aditamentos; e (f) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação e do Banco Depositário;
    19. manter o Escriturador, o Agente de Liquidação, a B3, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e demais prestadores de serviço necessários contratados durante o período de duração das Debêntures, conforme aplicável, às custas da Emissora e tomar quaisquer medidas necessárias para a manutenção das Debêntures;
    20. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
    21. não realizar qualquer distribuição de recursos para seus acionistas, exceto (i) se previamente aprovado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) se permitido nos termos da Cláusula 6.1.2(j);
    22. não modificar a natureza ou o escopo das atividades da Emissora;
    23. obter e manter, válida e vigente, cobertura de seguro adequada para as atividades e ativos da Emissora;
    24. cumprir com as disposições das regulações social e ambiental aplicáveis, bem como observar a legislação trabalhista e social relativa à saúde e à segurança no trabalho e não utilização de mão de obra infantil e análoga à escravidão, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (“Legislação Socioambiental”), tomando todas as medidas preventivas e corretivas ambientais e de segurança de trabalho, evitando e corrigindo danos socioambientais, preservando o meio ambiente, exceto se tal cumprimento estiver sendo contestado de boa-fé por meio de procedimentos administrativo e/ou judicial e se os efeitos tenham sido suspensos por decisão judicial;
    25. envidar seus melhores esforços para que seus clientes e prestadores de serviços, bem como aqueles que prestam serviços à Emissora, cumpram com a Legislação Socioambiental e com as Leis Anticorrupção;
    26. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo o pagamento do tributo na esfera judicial ou administrativa;
    27. cumprir com as obrigações estabelecidas na Instrução CVM 476;
    28. manter arquivada toda a documentação relacionada à Oferta por até 5 (cinco) anos contados da notificação de encerramento da Oferta ou por período mais extenso, caso requerido pela CVM;
    29. obter tempestivamente todas as autorizações necessárias para a celebração desta Escritura e dos demais Documentos da Operação pela Emissora, como também mantê-las válidas e vigentes para o cumprimento das obrigações contidas na Escritura e nos demais Documentos da Operação;
    30. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
        1. preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
        2. submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;

* + - 1. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao início do referido período;
      2. divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
      3. observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante a dever de sigilo e às vedações à negociação;
      4. divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, à B3 e à CVM;
      5. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM, pela B3 e pela ANBIMA, conforme aplicável;
      6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado o item “d” acima;
      7. observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas; e
      8. a Emissora deverá divulgar as informações referidas nos itens “c”, “d”, “f” e “i” acima (x) em sua página na rede mundial de computadores, mantendos as disponíveis pelo período de 3 (três) anos, e (y) em sistema disponibilizado pela entidade administradora de mercados organizados na qual as Debêntures estão admitidas à negociação.
    1. obter tempestivamente e manter válidas e vigentes todas as licenças, autorizações, permissões para a manutenção das atividades da Emissora;
    2. utilizar os recursos obtidos com a Oferta exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.6.1 acima;
    3. manter a relação de Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA à razão de até 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a ser apurada em periodicidade anual, a partir do exercício de 2020 (“Covenant Financeiro”), com base nos demonstrativos anuais da Emissora referentes ao exercício imediatamente anterior, auditados por Auditor Independente, nos quais deverá constar a menção ao cumprimento ou não do Covenant Financeiro da Emissão, sendo que, para efeitos da apuração do Covenant Financeiro:
       1. “Dívida Financeira Líquida” corresponde a (+) dívidas com instituições financeiras, (+) títulos e valores mobiliários representativos de dívida, (+) mútuos a pagar, (+) *leasings*, (+/-) saldo líquido de operaçãoes de derivativos, (-) disponibilidades de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes; e
       2. “EBITDA”: corresponde a (+/-) lucro ou prejuízo líqudo, (+/-) despesa ou receita financeira líquida, (+) provisão para Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, (+) depreciações, amortizações e exaustões, (+/-) perdas ou lucros resultantes de equivalência patrimonial (ou dividendos recebidos);
    4. em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da mesma, informar ao Agente Fiduciário acerca de quaisquer notificações por parte de órgãos governamentais, instauração de ações judiciais ou decisões judiciais envolvendo questões ambientais ou regulatórias relacionadas às atividades da Emissora que imponham sanções ou penalidades à Emissora;
    5. notificar o Agente Fiduciário de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas na mesma data da convocação quando feita pela Emissora;
    6. convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, nos termos da lei e/ou desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
    7. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
    8. cumprir com suas obrigações sob todos os Documentos da Operação durante suas respectivas vigências;
    9. informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis da data da respectiva citação, intimação ou notificação, a ocorrência de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral que, na opinião razoável da Emissora, cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;
    10. em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento, fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer penalidades fiscais, ambientais, trabalhistas, concorrenciais, ente outras, impostas por órgãos governamentais contra a Emissora e que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
    11. manter contratado o Auditor Independente, com recursos próprios, até a Data de Vencimento;
    12. realizar o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e documentadas pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas;
    13. exceto conforme permitido pelos Documentos da Operação, não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos decorrentes dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada ou, ainda, que limite a capacidade do Agente Fiduciário de vender ou de outra forma dispor dos direitos decorrentes da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada, no todo ou em parte;
    14. abster-se, até o envio do comunicado de encerramento da Oferta, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas no mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobe o caráter reservado da informação transmitida; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400; e
    15. cuidar, preservar e manter em boa condição de uso toda propriedade e ativos necessários para a condução das atividades e operação da Emissora.
    16. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria.

1. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA VIII**

**AGENTE FIDUCIÁRIO**

* + 1. A Emissora constitui e nomeia a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (CNPJ nº 36.113.876/0004-34) como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.
    2. O Agente Fiduciário declara, nesta data:

1. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 6º da Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM 583”);
2. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

1. aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;

1. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
2. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
4. que os Documentos da Operação constituem obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
5. que a celebração dos Documentos da Operação e do Contrato do Banco Depositário, bem como o cumprimento de suas obrigações previstas em tais instrumentos não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
6. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
7. para fins do disposto na Instrução CVM 583, identificou na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, que não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo na seguinte emissão.

.

* + 1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, este deverá ser substituído dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas que deverá escolher novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
    2. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 8.1.3 acima, caberá à Emissora efetuá-la.
    3. Em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da assembleia para a escolha de novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório.
    4. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.
    5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, desde que a substituição não resulte em remuneração ao novo agente fiduciário superior àquela ora avençada.

* + 1. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, observadas as formalidades previstas na Cláusula 2.1.2 acima.
    2. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.
    3. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
    4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
    5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, em especial na Instrução CVM 583, e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do artigo 7º da Instrução CVM 583 para deliberar sobre sua substituição;

1. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

1. verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
2. verificar o atendimento, pela Emissora, de todas as obrigações descritas nos Documentos da Operação;

1. diligenciar junto à Emissora para que os Documentos da Operação e seus eventuais aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;

1. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o item (xix) desta Cláusula, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

1. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;

1. verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas nesta Escritura;
2. examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
3. intimar, conforme o caso, a Emissora, o garantidor ou coobrigado a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
4. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade do domicílio ou sede da Emissora;
5. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa da Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

1. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do art. 10 da Instrução CVM 583 e da Cláusula IX desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações;
2. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
3. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
4. manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços;
5. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Anexo 15 da Instrução CVM 583, a fim de descrever os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora e aos bens garantidores do valor mobiliário e ao fundo de amortização, conforme aplicável, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistênciasou omissões de que tenha conhecimento;
2. alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;
3. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;

1. relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração, quando houver;
2. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
3. destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, conforme informações prestadas pela Emissora;
4. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação;
5. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário de continuar exercendo a função;
6. manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias;
7. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período; e
8. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de valores mobiliários emitidos; (d) espécie e garantias envolvidas; (e) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (f) inadimplemento no período;
9. divulgar o relatório de que trata o item “(xix)” desta Cláusula, em sua página na rede mundial de computadores no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, na forma do artigo 15 e do Anexo 15 da Instrução CVM 583, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá manter o referido relatório disponível para consulta pública na sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;
10. no mesmo prazo de que trata o item acima, enviar à Emissora o relatório anual de que trata o item “(xix)” desta Cláusula, para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
11. manter disponível em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário;

1. manter atualizada a relação dos Debenturistas e de seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;

1. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
2. comunicar aos Debenturistas, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, da ciência pelo Agente Fiduciário de qualquer inadimplemento pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, incluindo as obrigações relativas a garantias, conforme aplicável, e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, na forma do artigo 16, II da Instrução CVM 583;
3. no caso de inadimplemento de quaisquer condições da emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei, nesta Escritura ou nos demais documentos da Oferta para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Instrução CVM 583;
4. prestar contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas descritas na Instrução CVM 583, para o fim de ser ressarcido, na forma do artigo 13 da Instrução CVM 583;
5. manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas nos termos da Instrução CVM 583, em meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, as seguintes informações eventuais, na forma do artigo 16 da Instrução CVM 583, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá manter tais informações disponíveis para consulta pública na sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos:
7. manifestação sobre proposta de substituição de bens dados em garantia, conforme aplicável, na mesma data de seu envio à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
8. comunicação sobre o inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nos Documentos da Operação, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento. Esta informação deverá ser enviada também à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, ao Escriturador e à B3;
9. manifestação sobre proposta de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, na mesma data de seu envio à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
10. editais de convocação e informações necessárias para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais dos Debenturistas por ele convocadas, na mesma data da sua divulgação e envio à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
11. outras informações consideradas relevantes; e
12. encaminhar aos Debenturistas sua manifestação sobre a suficiência das informações prestadas em proposta de modificação das condições das Debêntures na mesma data de seu envio à Emissora.
    * 1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, observados os termos desta Escritura e do Contrato Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
      2. A título de prestação de serviços do Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R$15.000,00 (quinze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura da Escritura de Emissão e os demais pagamentos ocorrerão nas mesmas datas nos anos seguintes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento pro rata de tais parcelas (”**Remuneração do Agente Fiduciário**”).
      3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes, neste caso exclusivamente se a emissão não se efetivar, ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
      4. No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
      5. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão.
      6. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IPCA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão.
      7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die.*
      8. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, exceto na proporção em que decorrentes do dolo, má-fé ou culpa grave do Agente Fiduciário. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.
      9. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
      10. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício.
      11. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.
      12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
      13. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas.
      14. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.
13. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA IX**

**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

* + 1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedade por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).
    2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
    3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.
    4. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á em observância ao disposto na Cláusula 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura, ficando dispensadas as formalidades de convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
    5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da primeira publicação do edital de segunda convocação.
    6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sem quórum mínimo de Debêntures em Circulação.
    7. Será facultada a presença dos representantes legais e de assessores da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
    8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
    9. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão às pessoas eleitas pelos Debenturistas ou àquelas que forem designadas pela CVM.
    10. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas Cláusulas ou condições aqui previstas, ou pedidos de renúncia (*waivers*), serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
    11. As propostas da Emissora de alteração de (i) Data de Vencimento, (ii) do cronograma ou das condições de amortização ou de pagamento da Remuneração, (iii) do parâmetro de cálculo da Remuneração, (iv) das condições de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou possibilidade para Amortização Extraordinária e/ou possibilidade para Oferta de Resgate Antecipado, (v) Cláusula 4.22 e respectivas subcláusulas (referente à Garantia Real), (vi) quóruns pertinentes às Assembleias Gerais de Debenturistas, ou (vii) alteração das disposições sobre Eventos de Inadimplemento e vencimento antecipado das Debêntures (incluindo exclusão, inclusão e/ou alteração de suas respectivas redações) dependerão de aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
    12. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.
    13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quórunse termos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
    14. Para efeitos de fixação de quórum da presente Emissão, consideram-se “Debêntures em Circulação”, para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas, mas não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, (c) administradores, diretores da Emissora, incluindo, seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau de quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, (d) sociedades sob controle comum da Emissora, ou (e) coligadas da Emissora, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

1. **ACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA X**

**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

* + 1. A Emissora declara e garante, nesta data (declarações e garantias que serão consideradas como se dadas e repetidas na Data de Integralização), que:

1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e dos demais Documentos da Operação e ao cumprimento de todas as obrigações neles previstas e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo os *waivers* necessários sob a CCB Itaú e sob a Cédula de Crédito Bancário nº 008019501, celebrada entre a Emissora e o Banco Safra S.A. em 23/09/2020 (“Waivers”), tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
3. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para vincular a Emissora quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
4. as obrigações assumidas na Escritura, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, no Contrato do Banco Depositário e no Contrato de Distribuição constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, como um título executivo extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil;
5. nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e à realização da Emissão e da Oferta;
6. considerando os Waivers já obtidos, a celebração, os termos e condições dos Documentos da Operação e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeitos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, opção de venda, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou qualquer outro ato que tenha efeito similar aos mencionados anteriormente (“Ônus”) sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pela Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada no âmbito da Emissão; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus ativos;
7. não ocorreu e não existe qualquer Evento de Inadimplemento;
8. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
9. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
10. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Profissionais são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures e não omitem qualquer fato relevante necessário;
11. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, incluindo a Legislação Socioambiental e as Leis Anticorrupção, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujos efeitos tenham sido suspensos por decisão judicial;
12. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações aplicáveis impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujos efeitos tenham sido suspensos por decisão judicial;
13. não foi citada, intimada, notificada ou de qualquer outro modo tomou ciência a respeito de (a) descumprimento de qualquer disposição contratual de instrumento de que seja parte ou disposição legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral aplicável à Emissora; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental;
14. as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019 são verdadeiras, completas e corretas e em todos os seus aspectos na data da sua elaboração, e refletem clara e precisamente a posição patrimonial financeira, seus resultados, operações e fluxo de caixa da Emissora no período;
15. está plenamente ciente de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá emitir novas debêntures da mesma espécie no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, exceto se a nova oferta for registrada na CVM;
16. mantém todos os ativos relevantes para as suas atividades devidamente segurados em consonância com os padrões de mercado;
17. os Direitos Creditórios da Conta Vinculada cedidos fiduciariamente são de sua legítima e exclusiva propriedade e estão livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza;
18. nenhum Efeito Adverso Relevante ocorreu ou está ocorrendo; e
19. obteve e atualmente mantém válidas, eficazes e em pleno vigor, pelo prazo necessário, todas as licenças, concessões, autorizações e permissões emitidas pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, inclusive ambientais ou regulatórias para condução de suas atividades de forma regular.
    * 1. A A Emissora, para todos os fins de direito e diante da alocação de riscos prevista no artigo 421-A, II, do Código Civil, declara e reconhece que, não obstante uma possível caracterização dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia como direitos essenciais às suas respectivas atividades empresariais, inclusive à luz do que prevê a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, de forma irrevogável, irretratável e isenta de qualquer vício de consentimento, renuncia a qualquer prerrogativa, atual ou futura, de pleitear ou de qualquer outro modo discutir, em juízo ou fora dele, o reconhecimento (i) da essencialidade dos direitos objeto de cessão fiduciária em garantia às obrigações representadas pelas Debêntures; ou, ainda, (ii) de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a livre e irrestrita excussão do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
      2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 583; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 583 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.
      3. A Emissora obriga-se, de forma, irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário (sem qualquer limitação do valor das indenizações) por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1.1 acima.
      4. A Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomarem conhecimento de que quaisquer das declarações aqui prestadas pela Emissora mostrem-se falsas, inverídicas ou incorretas.
      5. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.
20. **DAS CARACTERÍSTICAS**

**CLÁUSULA XI**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

* + 1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Para a Emissora:

**Padtec S.A.**

Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, s/n – Parque II do Polo de Alta Tecnologia

Campinas, SP, Brasil, CEP: 13086-510

At.: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Sr. Renato Jordão da Silva

Telefone: (19) 98118-2224

E-mail: [rjsilva@padtec.com.br](mailto:rjsilva@padtec.com.br) // [juridico@padtec.com.br](mailto:juridico@padtec.com.br)

1. Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

At.: Maria Carolina Abrantes e/ou Antonio Amaro

Tel./Fax: (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

1. Para o Agente de Liquidação e o Escriturador:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

At.: Raphael Morgado | João Bezerra

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

1. Para a B3:

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

Segmento CETIP UTVM

Praça Antonio Prado, 48 – 4º andar

São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Superintendência de Ofertas de Valores Mobiliários de Renda Fixa

Telefone: 0300 111 1596

E-mail: [valores.mobiliarios@b3.com.br](mailto:valores.mobiliarios@b3.com.br)

* + 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio enviado aos endereços acima.
    2. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
    3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes.
    4. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
    5. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
    6. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente: (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, B3, conforme aplicável; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço, telefone e e-mail, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, não acarretem qualquer prejuízo aos Debenturistas e não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
    7. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
    8. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo a Emissora, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
    9. A Emissora arcará com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3, (ii) de registro e de publicação dos atos societários necessários à realização da Emissão, da Oferta e da constituição da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Conta Vinculada, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) de registro da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como de seus respectivos aditamentos, e (iv) das despesas e remuneração com as contratações do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, Banco Depositário e demais prestadores de serviços.
    10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
    11. As Partes concordam e convencionam que a celebração desta Escritura de Emissão poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.
    12. Esta Escritura de Emissão produz efeitos para todas as Partes a partir da data nela indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.
    13. As Partes declaram-se cientes e de acordo que esta Escritura de Emissão e todos os demais documentos assinados eletronicamente no âmbito da Emissão serão considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil, reconhecendo expressamente que as reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena desses.
    14. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
    15. Fica eleito o foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campinas, 21 de dezembro de 2020.

*[restante da página intencionalmente em branco]*

*[seguem páginas de assinaturas]*

*[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Padtec S.A.]*

PELA EMISSORA (*assinaturas com certificado digital*):

**PADTEC S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Renato Jordão da Silva Cargo: Diretor Financeiro |  | Nome: Argemiro Oliveira Sousa Filho Cargo: Diretor de Negócios |

PELO AGENTE FIDUCIÁRIO (*assinaturas com certificado digital*):

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: [*a confirmar*] Cargo: [*a confirmar*] |  | Nome: [*a confirmar*] Cargo: [*a confirmar*] |

**TESTEMUNHAS** (*assinaturas com certificado digital*):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: Patrícia Sayuri Iqueda CPF: 293.378.358-43 |  | Nome: [*a confirmar*] CPF: [*a confirmar*] |